



“Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”: espiritismo e política no Estado Novo

“Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”: spiritualism and politics in the Estado Novo

Ricardo Toshio Bueno Hida*
Suzana Ramos Coutinho**

Resumo

O presente artigo procura analisar a influência da obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, psicografada por Chico Xavier, como capital simbólico que permitiu a Federação Espírita Brasileira se qualificar como porta-voz do espiritismo kardecista no Brasil junto ao governo de Getúlio Vargas em 1938 e marcar a presença da religião criada por Allan Kardec junto ao governo brasileiro. Em um momento de forte influência da Igreja Católica, representada na pessoa do Cardeal Leme, resgatando a influência e poder perdidos na Proclamação da República, espíritas se uniram a protestantes para defender a laicidade do Estado e garantir a liberdade de culto. O espiritismo no Brasil, diferentemente do que aconteceu na França, ganhou espaço nas primeiras décadas do século XX com curas espirituais. No início dos anos 1930, por conta de acusações de curandeirismo, os espíritas deixaram de lado as curas, investindo em obras assistenciais e literatura consoladora. Pode-se considerar o livro de Chico Xavier mais que uma teologia de narrativa espírita; o livro foi parte importante na construção do mito fundador da nação brasileira em um momento histórico de forte nacionalismo, e serviu de ferramenta essencial em uma disputa por espaço no campo religioso brasileiro no Estado Novo.

Palavras-chave: Espiritismo. Chico Xavier. Estado Novo. Mito fundador. Teologia narrativa. Allan Kardec.

Abstract

This article analyzes the role of the book “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, psychographed by Chico Xavier, as symbolic capital that allowed the Federação Espírita Brasileira to be qualified as a spokesperson for Kardecist spiritualism in Brazil alongside the government of Getúlio Vargas in 1938 and mark the presence of the religion created by Allan Kardec face to Brazilian government. At a time of strong influence from the Catholic Church, rescuing the influence and power lost in the Proclamation of the Republic, spiritualists joined forces with Protestants to defend the secularity of the State, and guarantee freedom of believe. Spiritism in Brazil, unlike what happened in France, gained ground in the first decades of the 20th century with spiritual cures. In the early 1930s, due to accusations of witchcraft, spiritists, unlike Umbanda, left cures aside, investing in charitable works and consoling literature. Chico Xavier's book, more than spiritualist narrative theology, is a founding myth of the Brazilian nation in a historical moment of strong nationalism and served as an essential tool in a dispute for space in the Brazilian religious field in the Estado Novo.

Keywords: Spiritualism. Chico Xavier. Estado Novo. Founding myth. Narrative theology. Allan Kardec.

Artigo submetido em 29 de novembro de 2023 e aprovado em 23 de agosto de 2024.

* Doutorando e Mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em administração de empresas pela FAAP e especialização em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. País de origem: Brasil. E-mail: ricardotbhida@gmail.com.

** Ph.D. em Estudos da Religião pela Lancaster University, Inglaterra. Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutora em Antropologia Social pela University of Cambridge. País de origem: Brasil. E-mail: srcoutinho@puccsp.br.

Introdução

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, de um lado, pela progressiva urbanização do Brasil, com crescimento gradual das classes médias promovendo mudanças importantes nos cenários das cidades, no consumo e na cultura do país e, do outro, pela manutenção do poder econômico e político dos setores ligados as antigas aristocracias, fortemente voltadas a agro exportação e intimamente ligadas a Igreja Católica, instituição que perdera influência e prestígio com a Proclamação da República. Ainda que estivesse na mão de empresários paulistas ligados ao café, um novo cenário industrial despontava no horizonte. Como explica Azzi (1994, p.17) a agricultura, que em 1919, era responsável por 79% do produto nacional brasileiro, vê sua importância diminuir nos anos seguintes. Em 1939 esse mesmo segmento representaria 57%, enquanto a indústria veria sua participação subir de 21% para 43% na produção de riquezas no mesmo período.

Neste cenário, uma nova burguesia urbana, ligada cada vez menos a economia agrária, e mais a industrialização e burocratização do Estado, começa a ditar novos comportamentos e exigir maior participação política. O proletariado, por sua vez, em grande parte oriundo do campo, outra parte composta por imigrantes europeus, alheio às decisões políticas começa também a se organizar. Essa classe média que ocupa maior espaço na economia, na vida social e se organiza para ter mais influência política é fortemente inspirada por ideais positivistas que ganharam expressão principalmente na França e no Brasil nos círculos militares. Trata-se de indivíduos mais letrados, alinhados a uma ideia de liberalismo econômico e que procura estabelecer uma nova ética republicana avessa a valores e estéticas monarquistas. Vê-se o surgimento de uma série de movimentos de insatisfação popular e revoltas, “que provocou o enrijecimento dos grupos mais autoritários. Surgiu, assim, em 1937, o Estado Novo, regido por uma Constituição autoritária de inspiração fascista” (Azzi,1994, p.17).

No campo religioso, o espiritismo chega ao Brasil, mais precisamente na Bahia, em 1865, com a fundação do Grupo Familiar do Espiritismo, sob direção do Dr. Luís Olímpio Teles de Menezes (Vilhena, 2008).

Essa religião surge na França, em 1857, com a publicação do “Livro dos Espíritos”, codificado por Allan Kardec, pseudônimo de Hypollyte Léon Denizard Rivail, professor e discípulo de Johann Heinrich Pestalozzi.

Conforme aponta Vilhena (2008), em menos de 10 anos, vale ressaltar, tal movimento já encontra eco na sociedade brasileira e razão pela qual, no ano de 1867, Dom Manuel Joaquim da Silveira, bispo católico, lança carta pastoral advertindo os brasileiros do perigo do espiritismo. Em 1873, é criado no Rio de Janeiro, pelo jornalista Antônio da Silva Neto, a Sociedade de Estudos Empíricos – Grupo Confúcio que desenvolveria práticas de atendimento à saúde física e mental, utilizando tratamentos homeopáticos e passes fluídicos. Em 1875, o Livro dos Espíritos é traduzido e publicado no Rio de Janeiro, seguido pelo lançamento de O livro dos médiuns e O céu e o inferno. Em 1876 é fundada a Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade, sob direção de Bittencourt Sampaio. O jornal espírita “O Reformador” passa a circular em 1883.

Já no ano de 1884 é criado um órgão unificador do movimento: A Federação Espírita Brasileira (FEB). Em 1889, “Dr. Aldolfo Bezerra de Menezes, ex-presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, representante da corrente mística, assume a liderança da Federação” (Vilhena, 2008, p.84).

Mas é na década de 1930 que a doutrina de Allan Kardec encontra maior aceitação nas classes médias urbanas brasileiras, graças a uma filosofia positivista, liberal e anticlerical. A ideia de um Cristianismo não hierárquico, contrário a dogmas, alinhado à modernidade e seus valores como ciência e laicidade, tão presentes no protestantismo, são recuperados em nova perspectiva por Allan Kardec. Nesse sentido, a influência de Pestalozzi, de confissão luterana, foi essencial para Kardec, criado em um lar católico francês.

Conforme aponta Miguel (2010) a simpatia junto às classes médias urbanas se dá também por conta de trabalhos assistenciais gratuitos de cura com destaque para a homeopatia e por conta do fenômeno da psicografia de livros. Há forte aceitação acadêmica a ideia de que o espiritismo, em primeiras décadas do século XX, principalmente com Chico Xavier, e a umbanda encontraram espaço e cresceram sua presença no cenário espiritual brasileiro apoiando populações

carentes urbanas, com consultas espirituais para curas físicas e obras assistenciais, até a expansão, nos anos 1960, dos pentecostais que, de forma mais organizada e estratégica, ocuparam esse mesmo espaço.

Ortiz (1999) defende a ideia de que as camadas populares se aproximaram no século XX do espiritismo muito mais por motivações terapêuticas (físicas e mentais) que teológicas.

No entanto, conforme explica Vilhena (2008), a Constituição de 1889 tipificou como crime a prática ilegal da medicina, do espiritismo, impondo penalidades ao curandeirismo. Em 1890, o Código Penal equipara o espiritismo à magia, cartomancia e feitiçaria. Sempre com a ideia de que tais atividades eram expressões primitivas das populações indígenas e negras em nosso país e, portanto, anacrônicas em relação ao novo momento que o país adentrava. Segundo Miguel (2010), a partir do golpe de 1937¹, com a instauração do Estado Novo, os espíritas sofreram perseguições por parte da polícia judiciária.

A Federação Espírita Brasileira chegou a ser fechada por três dias para inquérito, sendo reaberta graças a intervenções de políticos e militares, que faziam parte da direção de diferentes centros espíritas². Um de seus líderes, Inácio Bittencourt, foi detido por receitar homeopatia e, portanto, exercer a prática ilegal de medicina. Segundo artigo publicado na Revista Reformador, em junho de 1948, uma senhora fora proibida de aplicar passes energéticos em sua casa, com o pretexto de curandeirismo. Em ambos os casos, as defesas alegaram que não havia nenhum proveito material e que os passes serviam não como terapia, mas um benzimento para afastar más influências espirituais.

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica Apostólica Romana assumiu uma postura combativa no campo político, com o objetivo de restaurar direitos e restabelecer o poder que fora perdido na Proclamação da República e a

¹ Desde 1930, uma série de revoltas se espalharam pelo país. Em 1932, se deu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Em 1935, orquestrada por Luis Carlos Prestes e o Partido Comunista eclodiram movimentos violentos em Natal, Recife e Rio de Janeiro, que levaram Vargas a decretar estado de guerra. No final de 1937, faltando um ano para o fim de um mandato em que não cabia reeleição, o governo diz ter encontrado documentos de uma possível ação terrorista. Em 30 de setembro de 1937, foi noticiado a existência do 'Plano Cohen', que propunha um violento levante comunista no Brasil. Na Europa, os regimes totalitários tinham ascendido ao poder. Em Portugal, António Salazar; na Espanha, Francisco Franco; na Itália Benito Mussolini e na Alemanha, Adolf Hitler (Chambo, 2013).

² A presença de autoridades em eventos espíritas indicava o prestígio do Espiritismo uma vez que lideranças espíritas em posições sociais. Filinto Müller, chefe de polícia do DF, atuou claramente em favor da Federação Espírita Brasileira.

promulgação de uma nova Constituição. Estabelecer a neocristandade³ se tornou um projeto político do Vaticano nos países da Europa e América Latina. Conforme aponta Azzi (1994) o Pontificado de Pio XI estabeleceu como missão dos prelados restaurar no mundo o domínio espiritual da fé católica. A Igreja deveria reestabelecer o seu modelo antigo, recuperando seu poder espiritual e colaborando com o Estado na manutenção da ordem social. Para a Santa Sé, todas as nações do mundo deveriam ser orientadas pelo magistério eclesiástico.

Já na Primeira República⁴, um grupo ativo de bispos católicos brasileiros coordena ações em diferentes setores da sociedade. Dentre as iniciativas propostas, observou-se importantes investimentos em mídias – jornais, revistas e rádio; fundação de colégios para meninos por ordens masculinas, entre elas os jesuítas e agostinianos, e a atuação de congregações femininas também em escolas para meninas e na área da saúde. Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, ocupa uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e em diferentes ocasiões “proclama a fé católica como sinal de identidade do povo brasileiro” (Azzi, 1994, p.26). O arcebispo de Belo Horizonte, D. Antonio Cabral, e o arcebispo de Porto Alegre, João Becker, também marcam presença na vida social e política do país procurando unir a fé e os interesses católicos a projetos do governo, principalmente em articulações com governadores da Federação.

O destaque maior, no entanto, fica por conta de D. Sebastião Leme, arcebispo e cardeal do Rio de Janeiro, que comandou a Restauração Católica no Brasil com grande habilidade política. É preciso lembrar que nos anos 1920, o Papa Pio XI dedica-se a refletir sobre a influência da Igreja na sociedade moderna, assinando, inclusive, na Itália, o Tratado de Latrão⁵, para determinar a hegemonia da Igreja Católica na vida religiosa italiana, assegurar a independência do Vaticano na Itália e a personalidade jurídica da Santa Sé. A importância política de D. Sebastião Leme pode ser medida com a inauguração, em 1931, da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, fruto de pesados

³ Neocristandade foi um movimento conduzido pela Igreja Católica Romana no início do século XX com o objetivo de efetivar o Estado cristão no Brasil, com a presença do espírito católico em suas estruturas governamentais e civis (Azzi, 1994, p.60).

⁴ A Primeira República é o período entre 1889 e 1930.

⁵ O Tratado de Latrão foi assinado em 1929. Através desse documento o Reino da Itália reconhece o Vaticano como Estado independente e compensa financeiramente a Igreja Católica pela perda dos territórios na península itálica que faziam parte do Estado Papal.

investimentos públicos, como forma de mostrar a hegemonia cristã no país.

O cardeal Leme buscava que o Brasil se tornasse “efetivamente um Estado Católico, ou seja, uma nova Cristandade. O único modo de regenerar a sociedade brasileira e restaurar a ordem social seria uma presença efetiva do espírito cristão na própria estrutura nacional” (Azzi, 1994, p.60). Em outras palavras, era preciso reestabelecer o ensino religioso nas escolas. Um tema que uniria, naquela época protestantes históricos e espíritas para garantir, além da liberdade religiosa, o compromisso do Estado com a laicidade e uma escola pública não confessional.

O crescimento significativo do espiritismo no Brasil era outra preocupação de D. Sebastião Leme, que já em 1916, ao assumir a diocese de Olinda, divulga uma carta pastoral atacando as práticas espíritas. Nela, o futuro cardeal explica que

Embora condenadas pelo bom senso e pela Igreja, por tal forma se enraizaram na imaginação do povo, que só a instrução religiosa, ministrada com método, conseguirá extirpá-las. Infelizmente, para mais firmá-las, vieram as abomináveis práticas do espiritismo. Sessões espíriticas⁶, recados de além-túmulo, médiuns, passes, mesas rodantes, tenebrosas farmácias, duvidosas receitas e toda uma série de escamoteações ou artimanhas (Freitas, 2006, p.136 *apud* Vilhena, 2008, p.87).

É nesse cenário politicamente conturbado, em forte embate com a Igreja Católica que, em 1938, a Federação Espírita Brasileira (FEB), na época comandada por figuras públicas ligadas à política nacional, lança a obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, do escritor Humberto de Campos, psicografada por Chico Xavier. O livro torna-se para o órgão federativo kardecista uma ferramenta de aproximação com o governo de Vargas, conferindo-lhe legitimidade enquanto porta-voz e detentor de um bem religioso, como bem observa Miguel (2010), apresentando claramente a inflexão nacionalista e autoritária adotada pelo movimento espírita nos anos do Estado Novo.

Nascia com esse livro não só um movimento importante literário que faria história no país (os livros psicografados) mas uma teologia narrativa espírita que uniria os adeptos em torno de uma Casa Mãe, a FEB que não era unanimidade

⁶ Cardeal Leme em sua carta de 1916 usa o termo espíritica no lugar de espírita. Mantivemos a expressão original.

na religião. Além disso, acredita-se também que “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” traz um mito fundante do Brasil que, exaltando o país como escolhido pelo Cristo para uma missão espiritual, pregando ordem, resignação, paz, e o fim de todo e qualquer sentimento de revolta, estava também afagando a administração varguista, assegurando um salvo-conduto para que kardecistas no exercício de suas práticas tivessem mais tranquilidade e proteção pública, diferentemente do que aconteceu com os umbandistas, por exemplo.

Como bem aponta Motta de Oliveira (2009), pais e mães de santo, sem o mesmo capital político que dispunham católicos e espíritas, continuaram sofrendo forte repressão policial, que se intensificou a partir de 1937, com a criação da Seção de Tóxicos e Mistificações nas chefaturas de polícia.

Ao evidenciar comportamentos reprováveis na história da Igreja Católica, esta obra de Chico Xavier, procura atrair novos fiéis, principalmente entre indivíduos das classes médias urbanas, oferecendo outro interesse, muito diferente das então proibidas, terapias e curas espirituais.

Buscamos, dessa maneira, mostrar que na implantação do Estado Novo, Vargas negociou o apoio religioso a seu projeto de poder, reestabelecendo certos privilégios que a Igreja Católica havia perdido em 1889 e que procurava reaver a partir do Pontificado de Pio XI. Por outro lado, Vargas também fez concessões ao espiritismo, visto com crescente simpatia por uma classe média cada vez mais urbanizada, suspendendo ações repressivas, uma vez que lideranças kardecistas não só realinhavam suas práticas à legislação em vigor, mas apoiaram abertamente o projeto de poder nacionalista, ordeiro e positivista, com a nascente literatura psicografada. Pode-se concluir que a publicação de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” teve como um de seus objetivos conquistar a simpatia do Governo Vargas pela Federação Espírita Brasileira.

Para o presente artigo foram necessárias diferentes leituras da obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” sob perspectivas históricas e sociológicas. Não se aplicou nenhuma avaliação em relação a estilo ou qualquer outro elemento de crítica literária, priorizando o olhar da Ciência da Religião nos autores que embasaram a pesquisa e redação do artigo. Trata-se de um trabalho

de revisão teórica e análise da segunda obra de Chico Xavier.

1 O livro

O médium mineiro Francisco Cândido Xavier, mais conhecido como Chico Xavier, publicou 378 títulos durante 60 anos. A primeira obra lançada em 9 de julho de 1932 foi “Parnaso do Além-Túmulo”, uma antologia de poemas de escritores já mortos, como Castro Alves, Antero de Quental, Casimiro de Abreu, Guerra Junqueiro e Augusto dos Anjos. Tal obra causou forte repercussão nos meios literários brasileiros e projetou o nome de Xavier nacionalmente.

Conforme aponta Stoll (2003), um artigo publicado na edição de 10 de julho de 1932, n’O Diário Carioca, o político e escritor da Academia Brasileira de Letras, Humberto de Campos, disse estar surpreso como Chico Xavier conseguia reproduzir os estilos de cada um dos poetas já falecidos. O jornalista ainda pede que diferentes intelectuais de sua época, sobretudo críticos literários, avaliem as produções do médium mineiro para observar possíveis aspectos sobrenaturais ou mistificadores da obra. Curiosamente, a Humberto de Campos, morto pouco tempo depois, foram atribuídos livros psicografados por Chico Xavier, entre os quais a obra que é objeto deste artigo. Vale lembrar que a esposa e filhos do escritor maranhense processaram Chico Xavier exigindo os direitos autorais das obras psicografadas, fato que o levou novamente para as páginas dos principais jornais e revistas do país. Posteriormente, para evitar novos problemas nos tribunais, as obras de Humberto de Campos, segundo Chico Xavier, seriam assinadas pelo pseudônimo “Irmão X”.

Muito por conta das polêmicas e da publicidade gratuita nos jornais e revistas do país, a literatura espírita tornou-se um fenômeno editorial inédito. E Chico Xavier, de certo modo, foi responsável pela criação direta e indiretamente de muitas editoras, vinculadas a obras assistenciais, para quem o médium cedeu os direitos autorais de seus livros. Conforme aponta Vilhena (2008),

o Brasil conta com 120 editoras espíritas ativas com distribuição nacional, sendo que a editora da FEB é a maior delas, com 400 títulos editados, sendo 88 deles psicografados por Chico Xavier. Até fevereiro de 2007, a FEB havia editado 43,8 milhões de livros. Destes, 11 milhões são obras de Allan Kardec e 17 milhões de Chico Xavier (Vilhena, 2008, p.101).

Kloppenburg (*apud* Stoll, 1960) explica que entre os anos de 1897 e 1938 as obras de Allan Kardec venderam, no Brasil, em torno de 319 mil exemplares. Em 1952, chegou-se aos 719 mil exemplares vendidos. Chico Xavier, por sua vez, o segundo autor espírita mais conhecido, vendeu entre 1932 e 1943, com seus treze títulos, 67.025 exemplares. Suas 44 obras, entre 1943 e 1954, venderam 653.832 exemplares. Nota-se, portanto, a grande importância que as obras espíritas representavam no universo de letrados na primeira metade do século XX no Brasil, principalmente quando observamos dados do IPEA, que apontavam 85% de analfabetos em 1889 (Monteiro Neto, 2010).

Conforme explica Miguel (2010) livros psicografados, rádios, revistas e jornais foram utilizados como ferramentas para espíritas reivindicarem liberdade religiosa e laicidade do Estado nos anos 1930. Um artigo psicografado atribuído a Humberto de Campos, então falecido, em 1937, critica o apoio governamental a uma missa pública realizada na capital do país, colocando o ritual no mesmo patamar de uma festa carnavalesca, que recebe subvenção pública para atrair turistas.

O mercado editorial⁷, assim como os quartéis, obras assistenciais e educação, foi uma frente importante de embates com católicos. As duas religiões propunham um projeto de Nação. Nas duas religiões, a autoridade, a disciplina, ordem e nacionalismo se fizeram presentes nas narrativas para aproximação com o governo Vargas.

No caso espírita, como assegura Lewgoy (2006), trata-se de uma religião laica da ordem, pregando evolução através da ordem, da paz, do mérito, fazendo sentido às aspirações de seus adeptos, uma nova classe de civis e militares que se apoiavam nos ideais de Kardec para se afirmar social, econômica e profissionalmente. O *ethos* espírita, que agradava sobremaneira tal público, fica evidenciado também na obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” uma narrativa estrategicamente pensada para aquela época, com personagens,

⁷ Não só os espíritas investiam nas editoras. Os católicos investiram pesadamente em editoras para publicação de livros, revistas e periódicos. Bispos se empenhavam em ampliar o poder católico junto a educação, criando entidades como a Associação Católica Brasileira. No campo espírita, Eurípedes Barsanulfo procurou criar escolas espíritas ao passo que a FEB investia pesadamente em sua editora e na figura de Chico Xavier. Havia igualmente tensões entre espíritas e capelães da Igreja Católica no meio militar e os espíritas disputavam com a Igreja Católica a proeminência da prática da caridade, revelada pelas diversas obras de assistência social, para elevar o valor das instituições espíritas perante o Estado

narrador, enredo, tempo, espaço, modo e causa estão bem definidos.

A leitura da obra, que é objeto deste artigo, apresenta como narrador o espírito de Humberto de Campos, que vivo foi um escritor da Academia Brasileira de Letras, jornalista e deputado federal com mandato cassado no governo de Getúlio Vargas. Os personagens principais da obra são o próprio Cristo; Helil, uma entidade metaempírica que nasceria como D. Henrique de Sagres, e Ismael, outra entidade espiritual que teria a incumbência de proteger o Brasil e executar os desígnios do Cristo. Humberto de Campos explica no livro, segundo a versão espírita, qual o papel do Brasil ocuparia no futuro da Humanidade e, como a chegada dos portugueses e encontro com nativos; a vinda dos africanos escravizados; o trabalho dos jesuítas e bandeirantes; a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, a Independência e a República foram fatos históricos que tiveram acompanhamento espiritual para assegurar que o Brasil assumisse sua posição de Pátria do Evangelho e o espiritismo de Allan Kardec fosse protagonista no processo. Toda a estória se dá no Plano Espiritual (o Céu católico na versão espírita) entre os séculos X e XX.

2 Mito fundante e teologia narrativa

Em vida, Allan Kardec publicou cinco obras⁸, conhecidas posteriormente pelos seus adeptos como Codificação, nas quais estabelece os fundamentos do espiritismo e, através de guias com perguntas e respostas, procura explicar a origem do Universo, da Via Láctea e do planeta Terra, interpretações muito particulares dos quatro evangelhos bíblicos, a dinâmica no mundo dos mortos, a reencarnação e a mediunidade. Chico Xavier e, mais adiante, outros médiuns espíritas, como Zíbia Gasparetto e Divaldo Pereira Franco, fariam grande sucesso editorial com outro tipo de narrativa: romances históricos e ficção com mensagens moralizantes. No caso da obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” é possível enquadrá-la em duas categorias bem específicas, presentes nas mais diferentes religiões: primeiramente como mito fundante e igualmente teologia narrativa.

⁸ Como bem lembra Vilhena (2008), Allan Kardec publicou em vida as seguintes obras: O livro dos espíritos (1857); O livro dos médiuns (1861); O evangelho segundo o espiritismo (1864); O céu e o inferno (1865) e A gênese (1868).

Para Chauí (2000) o mito fundador pode, na perspectiva do dominador, confirmar que é seu direito legítimo e natural exercer o poder, desde que embasado em um nacionalismo ufanista, em ideologias desenvolvimentistas e modernizadoras, como expressão teológica secularizada de que um governo ocupa a posição de autoridade por providência e graça divinas. Por outro lado, esse mesmo mito, para os dominados, reforça uma visão milenarista do governante como salvador, em uma polarização política cujas referências estão no binômio sagrado-demoníaco. A sagração do governante é uma tradição do país, desde a colônia, passando pelo Império até chegar a uma República, em que o populismo manifesta a relação de favor, clientela e tutela entre os presidentes e a população.

Mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente momento enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (Chauí, 2000, p.9).

Para ela o populismo é um poder exercido sem mediações políticas institucionais, mas na forma de tutela e favor, operado simultaneamente com transcendência e imanência, fora e acima da estrutura social e sem distinção clara entre o poder e seu ocupante. Geralmente o populismo é autocrático, com apoio de uma indústria e marketing políticos, evidenciando personalismo, narcisismo e intimismo.

Passos (2021) aponta que os mitos fundadores procuram unificar aquilo que é diverso, cosmificando fatos históricos, escondendo os conflitos, idealizando o real, elegendo o estrangeiro como inimigo e, desse modo, legitimando o que existe. São narrativas que servem para criar sentimentos comunitários, exercer controles políticos, construindo falsos consensos. Não se trata de uma descrição neutra e honesta dos fatos passados, mas uma reconstrução a partir de uma linguagem extraordinária, interpretações sobrenaturais que garantem sua sobrevivência nos tempos sem mudanças. Os mitos fundadores são construídos, recuperados e repetidos na maior parte das vezes em momentos políticos

importantes, legitimando lideranças como salvadores.

No caso do Brasil, é possível, de antemão, se pensar em mitos fundadores já estruturados sobre a ideia de Paraíso, ou Jardim do Eden, com belezas naturais e, como dádiva divina, um solo em que “se plantando tudo dá” e, portanto, uma nação que pode se tornar o celeiro do mundo. Chauí (2000) aponta para uma crença muito aceita de que o Brasil é “1) um dom de Deus e da Natureza; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceito; 4) acolhedor, cheio de oportunidades; e 5) diverso” (Chauí, 2000, p.8).

Esses elementos elencados acima ficam muito evidenciados na obra psicografada de Chico Xavier. Silva (2005) aponta que nela o Brasil é retratado como

[...]celeiro do mundo, ponto de início de uma nova civilização de tolerância e amor ao próximo. Para justificar essa ideia, o autor recorre às determinações espirituais dos fatos de nossa história. A escolha e a definição do território brasileiro, a seleção dos povos que iriam compor o tipo brasileiro, os momentos do descobrimento, da independência, da República, são exemplos de decisões tomadas pelos espíritos superiores a fim de cumprir as ordens do próprio Cristo (Silva, 2005, p.150).

Como mito fundador, o livro apresenta uma verdade destilada e ditada diretamente pelo além, colocando um pequeno grupo religioso como protagonista do destino grandioso do Brasil, defensores da pátria, que confirma a perspectiva do fundamento espiritual do país (Passos, 2021).

Xavier (1971) transcreve um suposto diálogo do Cristo com aquele que viria a ser o fundador da Escola de Sagres:

Para esta terra maravilhosa e bendita será transplantada a árvore do meu Evangelho de piedade e amor. No seu solo dadivoso e fertilíssimo, todos os povos da Terra aprenderão a lei da fraternidade universal. [...] Instalaremos aqui uma tenda de trabalho para a nação mais humilde da Europa, glorificando os seus esforços na oficina de Deus⁹. Aproveitaremos o elemento simples de bondade, o coração fraternal dos habitantes destas terras novas, e mais tarde, ordenarei a reencarnação de muitos espíritos já purificados no sentimento da humildade e da mansidão, entre as raças oprimidas e sofredoras das regiões africanas, para formarmos o pedestal de solidariedade do povo fraterno que aqui florescerá, no futuro, a fim de exaltar o meu

⁹ Neste momento, o autor se refere a Portugal. Importante dizer que os espíritas portugueses sempre recorreram a produção editorial brasileira para seus estudos doutrinários.

Evangelho, nos séculos gloriosos do porvir. Aqui, Helil, sob a luz misericordiosa das estrelas da cruz, ficará localizado o coração do mundo (Xavier, 1971, p.23).

Além disso, a obra também pede um amansamento dos ânimos, sugerindo, a partir das palavras do Cristo, o fim de qualquer revolta. Xavier (1971) conclama os brasileiros a “ensarilhar, para sempre as armas homicidas das revoluções, engrandecendo a pátria no cumprimento do dever através da ordem, do trabalho honesto.” (Xavier, 1971, p.17). É importante notar que uma mensagem espiritual pedindo que o povo não mais se revoltasse era de grande interesse a Vargas que vinha há tempos lidando com levantes populares.

Xavier (1971) também explica qual o papel de cada etnia na formação do povo brasileiro, procurando extinguir qualquer tensão social. O autor explica que “surgiram os índios que eram simples de coração; em segundo lugar chegavam os sedentos¹⁰ de justiça divina e, mais tarde viriam os escravos, como a expressão dos humildes e aflitos, para a formação da alma coletiva de um povo bem-aventurado por sua mansidão e fraternidade” (Xavier, 1971, p.39).

A missão espiritual do Brasil é, segundo a obra, impulsionar nas lides terrestres os ensinamentos morais do Cristo, pulsando pela paz indestrutível e pela solidariedade coletiva (Paz e Albuquerque, 2015). Xavier (1971) explica que segundo o Cristo, o Brasil não poderia se dividir. A integridade territorial do país deveria e seria mantida. “Só o Brasil conseguiu manter-se uno e indivisível na América, entre os embates políticos de todos os tempos. [...] O coração geográfico do orbe não se podia fracionar” (Xavier, 1971, p.33).

Para o autor, a obra evidencia possíveis erros cometidos pela Igreja Católica em sua história. Em um momento de tensão com os católicos, em busca de um espaço no processo de neocrisandade, o livro de Xavier (1971) narra que o Cristo anunciara espiritualmente no séc. XVI as reformas religiosas na Europa.” Roma conhecerá momentos muito amargos, não obstante os sonhos de arte e grandeza de Leão X, que detém neste instante uma coroa injustificável.”

Mais adiante, Xavier (1971) explica que

¹⁰ Os sedentos de justiça, segundo o autor explica no capítulo III das obras, seriam os portugueses degredados.

D. João III teve a infelicidade de introduzir em Portugal o organismo sinistro da Inquisição. Com o tribunal da penitência vieram os jesuítas. Não constitui objeto do nosso trabalho o exame dos erros profundos da condenável instituição, que fez da igreja, por muitos séculos, um centro de perversidade e de sombras compactas, em todas as nações europeias, que a abrigaram à sombra da máquina do Estado” (Xavier, 1971, p.47).

Tal obra cumpre também a função de teologia narrativa no universo espírita. Conforme explica Libânio (2012) toda revelação espiritual em uma religião começa com uma e termina com outra. “A narração mostra algo visível em vista de algo invisível” (Libânio, 2012, p.17), explicitando e justificando a fé. Mais adiante o autor explica que teologia narrativa

não é um conjunto de ideias, feitas e fechadas, que outros elaboraram, e que agora nós temos de aprender. Trata-se, pelo contrário, de contar e narrar os acontecimentos que entre nós aconteceram: de descobrir aí sinais da presença de e da ação de Deus; e de responder ao chamado à conversão formulada num projeto de ação (Libânio, 2012, p.18).

A teologia narrativa tornar-se uma ferramenta sedutora para se perpetuar ideias em um período de intelectualização exacerbada. Nela se encontra um Deus acessível e próximo. Enquanto textos doutrinários exigem erudição, reflexão e agência, os textos narrativos envolvem os leitores emocionalmente, receptores passivos de mensagens de fé. A mensagem é absorvida de maneira mais simples e memorizada facilmente. Para Libânio (2012) “a teologia narrativa encerra real elemento ideológico na perspectiva dos fracos, dos sofridos [...]. Muitas vezes, as pessoas não possuem teorias, mas narram a própria história” (Libânio, 2012, p.26).

Ao enunciar que o povo brasileiro se formou a partir da união dos portugueses trabalhadores e injustiçados, dos indígenas de coração puro e dos africanos escravizados, exemplos de humildade e resignação, todos a serviço do Cristo, “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” trabalha com o lado emocional dos leitores, exaltando o papel dos oprimidos, criando forte conexão com imensa maioria dos brasileiros na década de 1930, dando-lhes um propósito e um protagonismo nos planos divinos.

Protagonismo maior, é claro, dos espíritas, em especial da Federação Espírita Brasileira. Em seu 28º capítulo, Xavier explica que, segundo a vontade do Cristo, uma série de médiuns nasceriam no Brasil para espalhar a mensagem de Allan Kardec. O médico e político espírita Bezerra de Menezes, que fora presidente do órgão federativa em vida, é reconhecido como uma figura respeitável e juntamente com outros dirigentes da entidade, também é exaltado como operários da grande oficina do evangelho e elementos da vanguarda cristã (Xavier, 1971, p. 218–219).

O autor ainda explica que para o Cristo “na pátria dos meus ensinamentos, o Espiritismo será o Cristianismo revivido na sua primitiva pureza” (Xavier, 1971, p.220). Mais à frente, conforme se observará no capítulo 30 da obra, Xavier (1971) defende o direito da força e a força do direito, até que o planeta possa atingir relativa perfeição social, com a cultura generalizada. Para isso será preciso observar as ideologias novas do Brasil uma vez que

nesta época de confusão e amargura, quando, com as mais justas razões, se tem, por toda parte, a triste organização do homem econômico da filosofia marxista, que vem destruir todo o patrimônio de tradições dos que lutaram e sofreram no pretérito da humanidade, as medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e morticínio não elimine o altar de esperanças da pátria. Que o capitalismo, visando à própria tranquilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, a incentivar com seus largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia universal (Xavier, 1971, 236).

Um discurso avesso ao comunismo, a defesa do capitalismo, a exaltação do nacionalismo e até o uso da força para manutenção da ordem são elementos defendidos pelo Estado Novo e que se encontram presentes nessa obra de Chico Xavier.

Pode-se notar que, além de assumir a defesa do governo Vargas, a obra também pode se colocar como mito fundador e teologia narrativa para os espíritas. Ou ainda uma mistura dos diferentes gêneros com objetivos claros: legitimar a FEB como porta voz dos espíritas e mostrar a Getúlio Vargas que os espíritas deveriam ter um espaço respeitável no Estado Novo, uma vez que falavam com uma nova classe média urbana, dispunham do apoio de militares e tinham um exército de leitores.

3 O campo religioso brasileiro em disputa

A amizade entre Vargas e o Cardeal Leme, assim como os acordos entre a Igreja Católica e o governo brasileiro, colocando em risco a laicização do Estado, fizeram os espíritas, como bem aponta Lewgoy (2006), mudar a estratégia que vinham adotando na República Velha.

Discursivamente, condenava-se a “promiscuidade” do movimento espírita com questões político-partidárias. A própria Federação Espírita Brasileira encampou uma campanha contra espíritas *soi-disants* em eleições, embora alguns dos nomes mais importantes da religião nas primeiras décadas do século XX fossem políticos como Wantuil de Freitas, o deputado Bezerra de Menezes, o prefeito Cairbar Schutel e o senador Guillon Ribeiro.

O espiritismo, embora oficialmente condenasse a ligação entre seus adeptos e práticas eleitorais, aceitava em seus quadros membros importantes da burocracia estatal e figuras relevantes das Forças Armadas. Vale ressaltar que muitos militares de alta patente dirigiam entidades espíritas, na primeira metade do século passado, como era o caso do general Roberto Pedro Michelena, presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, e o Coronel Edgard Armond, um dos nomes mais importantes do espiritismo paulista. Apesar destes vínculos, o envolvimento da Igreja Católica com a política era uma das principais críticas que espíritas faziam a maior religião do país. A mensagem do jornal *O Reformador* era clara: “trocando seu púlpito por uma tribuna de achincalhes partidários, está o sacerdote católico nivelado a qualquer pecador” (*O Reformador*, 1945, p.9 *apud* Miguel, 2010, p.206).

O clima de tensão era visível na disputa entre espíritas e católicos no Estado Novo. Como bem aponta Miguel (2010), lideranças do espiritismo tiveram atuação marcante na Coligação Nacional Pró-Estado Leigo¹¹, criada em 17 de maio de 1931, que congregava luteranos, metodistas, episcopais e até maçons exigindo igualdade de credos na futura Constituição e fazendo oposição à promoção do ensino religioso, que permitiria a Igreja catequizar dentro de todas

¹¹ Segundo Ruedell (2005) a Coligação nacional pró - Estado Leigo era composta por 1.412 corporações, 522 igrejas protestantes, 305 lojas maçônicas, 417 associações espíritas e 158 associações diversas que organizaram um protesto contra o ensino público religioso.

as escolas do país, capelania e assistência espiritual não obrigatória dentro do Exército.

Ainda que os espíritas fossem uma minoria no país, sua produção literária era vultosa e, mais do que as obras assistenciais, tornou-se um instrumento essencial para, em especial a FEB, legitimarem-se no campo religioso brasileiro, oferecendo capital religioso que se converteria em cripto apoio político. A legitimação da FEB no meio espírita era essencial. Se a Igreja Católica podia contar com o Cardeal Leme, os kardecistas não tinham um porta-voz para dialogar com o governo. A desunião dos diferentes centros espíritas sempre foi um tema complexo e aparentemente insolúvel entre os fiéis. O Pacto Áureo entre os diferentes órgãos associativos¹² espíritas seria assinado apenas em 1949, depois de muitos congressos nacionais e latino-americanos. Mas até os dias de hoje o movimento chamado Unificação não tem os resultados esperados como se imaginou no início do século XX.

Como bem indica Arribas (2017), o Pacto Áureo, também conhecido como Acordo de Cavalheiros, determinava que os espíritas brasileiros deveriam se unir e agir para concretizar os planos traçados pelo Cristo na obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”; buscar consenso doutrinário; combater práticas estranhas e exóticas delimitando as diferenças em relação a umbanda¹³; combater personalismos e alinhar posições políticas.

É preciso esclarecer que a obra psicografada de Humberto de Campos em 1938 fora motivo de atritos dificultando justamente qualquer diálogo entre os diferentes órgãos federativos, sobretudo por exaltar o papel da Federação Espírita e seus dirigentes na condução dos destinos do kardecismo no Brasil. O livro, segundo teoria de Bourdieu (2015), pode ser entendido como capital de autoridade religiosa da FEB por conta da

força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar

¹² Neste cenário, os centros espíritas estavam associados a diferentes entidades. Além da Federação a Liga Espírita do Estado de São Paulo, a União Federativa Espírita, a União das Sociedades Espíritas, o Conselho Federativo Nacional e a Federação Espírita do Estado de São Paulo entre outras.

¹³ Segundo Vilhena (2008), o espiritismo era entendido na primeira metade do século XX como uma religião baseada nas reflexões filosóficas e científicas de Allan Kardec enquanto a umbanda era reconhecida pelas práticas de curandeirismo e magia, fortemente ligadas ao catolicismo popular, religiões africanas e indígenas. Motta de Oliveira (2009) mostra que intelectuais umbandistas, a partir dos anos 1940, buscam reconstruir as narrativas da religião, atribuindo origem milenar através da Ásia.

oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza desses bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso (Bourdieu, 2015, p.58).

“Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” apresenta uma revelação dos planos do Cristo para o Brasil e reforça a importância do Espiritismo no reavivamento dos ensinamentos do Filho de Deus. Nem mesmo Allan Kardec, em sua obra, trouxe qualquer mensagem de Jesus. Seu “Evangelho segundo o Espiritismo” interpreta, através de espíritos, as narrativas de Mateus, Lucas, Marcos e João. Mas não trouxe nenhuma revelação do próprio Cristo. Algo que o livro editado pela Federação Espírita traz, elegendo os espíritas como aqueles que seriam a nova versão dos cristãos primitivos. Por outro lado, trata-se de uma obra que agradava sobremaneira o Estado Novo e poderia oferecer proteção do governo aos kardecistas e as suas práticas espirituais. A FEB e suas filiadas ficaram resguardadas de ações repressivas do Estado, que resultou uma “intensificação das relações federativas baseada no benefício da garantia de isenção da intervenção policial” (Miguel, 2010, p.209)

Arribas (2017) explica que a FEB apostou na produção literária psicografada de Chico Xavier desde a primeira obra, o já citado anteriormente Parnaso de Além-túmulo. A direção da entidade que montara uma pequena gráfica em 1939, investiu pesadamente na produção da obra de Humberto de Campos acreditando que, justamente com as obras de Jean-Jacques Roustaing e Pietro Ubaldi, a segunda obra xaveriana se tratava de um excelente complemento aos livros da codificação de Allan Kardec.

Já Bourdieu (2015) argumenta que o campo religioso cumpre uma função importante na legitimação da ordem estabelecida, uma vez que a ordem simbólica ajuda a manter a ordem política. O livro que exalta o Brasil está alinhado ao nacionalismo de Vargas. A obra condena o comunismo, pede o fim de toda e qualquer revolução interna, exalta a disciplina, a austeridade, o sacrifício e a ordem. Pede conformismo aos povos indígenas e aos descendentes dos africanos escravizados. O sociólogo francês mais adiante indica que “a estrutura das relações entre o campo do poder e o campo religioso comanda a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso” (Bourdieu, 2015, p. 73).

Toda a movimentação dos católicos e espíritas entre 1930 e 1940 confirma tal informação. Oliveira (2009) relembra a teoria do historiador Jorge Ferreira de que “o processo de hegemonia instaurado pela ditadura Vargas não impedia as pessoas de defenderem seus interesses, nem de buscarem saídas alternativas [...] as pessoas davam novos e diferentes significados aos códigos” (Oliveira, 2009, p.62).

Se os católicos e espíritas se movimentaram para assegurar boas relações com o governo Vargas, usando de diferentes artifícios, Oliveira (2009) também aponta que, não dispondo de nenhum capital religioso, a umbanda e o candomblé, por sua vez, foram vítimas de incontáveis ações repressoras do Estado. Por essa razão, os umbandistas irão tardiamente se inspirar nas estratégias espíritas para encontrar maior aceitação social e representação política, como a tentativa de criar um órgão associativo e uma codificação semelhante aos adeptos de Kardec¹⁴.

Conclusão

Como exposto neste artigo, há dois momentos na República de grande relevância para o cenário religioso brasileiro. O primeiro deles foi a promulgação da Constituição de 1891 que vigorou até 1930, com forte apelo a laicidade do Estado e conseqüentemente enfraquecimento da influência da Igreja Católica no Brasil, partidária das monarquias, em um movimento alinhado ao que ocorria simultaneamente na Europa. O segundo instante foi a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas com uma estratégia bem definida e implantada pela Igreja Católica, na figura do cardeal Leme, para estabelecer a neocrístandade no país e recuperar parte da influência perdida décadas antes. Tal movimentação impactou as demais expressões religiosas no Brasil, dos protestantes históricos¹⁵ aos espíritas, passando pelos umbandistas. Lideranças kardecistas, portanto, se utilizaram da imprensa e literatura religiosa para afagar o Executivo e mostrar o apoio a um projeto nacionalista de país.

¹⁴ Motta de Oliveira (2009) explica que os umbandistas criaram a FEU-Federação Espírita de Umbanda em 1939, organizaram Congressos, criaram editoras e revistas onde procuravam também explicar suas práticas com viés científico.

¹⁵ Alguns cientistas da religião chamam de protestantes históricos os adeptos das igrejas luterana, presbiteriana, calvinista, metodista e batista.

A obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”¹⁶ mais do que um mito fundador do país, em consonância ao projeto de poder varguista, é uma teologia narrativa espírita, que serviu não apenas politicamente para que espíritas tivessem salvo-conduto no exercício de suas práticas no Estado Novo, mas também para organizar internamente o movimento dos kardecistas, descentralizado e desunido, criando coesão e um propósito espiritual maior em torno de uma vontade do Cristo. Teologias narrativas e mitos fundadores podem envelhecer, exigindo novas interpretações. No caso espírita, ainda que passível de ser ameaçado por novas interpretações e revisões históricas, esse livro vem se mostrando atemporal, comporta múltiplas possibilidades interpretativas em momentos históricos diferentes, até ser resgatado e valorizado entre 2018 e 2022

Sua relevância política, no entanto, enquanto bem simbólico, não tem mais o mesmo peso e prestígio. Seja porque os kardecistas também perderam espaço conforme apontam pesquisas do IBGE, dando espaço para os pentecostais, seja por conta da força das redes sociais sobre livros e a imprensa impressa. Do mesmo modo, dentro do movimento espírita, não há mais disputa no campo religioso por hegemonia, porque o fenômeno do deslocamento do eixo de poder da Instituição religiosa para o indivíduo também aí chegou. É preciso lembrar que Chico Xavier, falecido em 1992, há tempos não está mais em evidência. O médium que chegou a ser tema de produções cinematográficas é desconhecido das novas gerações. A imensa maioria das quase 400 obras psicografadas não são mais reeditadas.

Fica, no entanto, evidente a pertinência da teoria de Bourdieu tratando da estrutura e disputa do campo religioso na estória do espiritismo do Brasil na era Vargas. O livro “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” também estabelece desafios na ciência da religião, principalmente em pesquisas que tratem da produção e mercado editorial religioso no país e igualmente nas

¹⁶ A obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” publicada pela primeira vez em 1938, no Estado Novo, voltou a ficar em evidência no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), sendo adaptada para peça teatral em 2021. No mesmo ano, o então presidente sancionou a lei 14.201/2021 que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Francisco Cândido Xavier. Parte do movimento espírita brasileiro sentiu incômodo com tais situações. Talvez porque desconheciam o momento político em que a obra surgiu. É possível estabelecer uma série de analogias entre os dois momentos. Do discurso nacionalista carregado de verde e amarelo dos dois presidentes da República e o flerte com regimes autoritários ao movimento dos pentecostais no século XXI similar àquele empreendido por católicos quase um século antes.

relações entre diferentes religiões e a política brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da unificação espírita na primeira metade do século XX. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro v. 37 n. 3, p. 150-172, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap06>. Acesso em: 12 ago. 2024.

AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CHAMBO, Pedro Luis. O Estado de Exceção como Regra – Um estudo históricoconstitucional do Estado Novo (1937-1945). **Revista Faculdade Direito Universidade de São Paulo**. v. 108, p. 117 – 128, jan./dez. 2013.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. **Mito fundador e sociedade autoritária**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

LEWGOY, Bernardo. “O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil” In: ISAILA, Artur Cesar (org.) **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

LIBÂNIO, J.B. **Linguagens sobre Jesus: linguagens narrativas e exegética moderna**. v. 2. São Paulo: Paulus, 2012.

MIGUEL, Sinue Neckel. O Espiritismo frente à Igreja Católica em disputa por espaço na Era Vargas. **Esboços: Revista do programa de pós-graduação em história da UFSC: Minidossiê Pluralidades**. Florianópolis, SC. v. 17, n. 24, p.203-226, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n24p203> Acesso em: 16 out. 2023.

MONTEIRO NETO, Aristides. República Brasileira - 120 anos depois, o que comemorar? **Desafios do desenvolvimento: a revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, DF. Ed 61 Ano 7, 13 jul. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=281:república-brasileira-120-anos-depois-o-que-comemorar&catid=29:artigos-materias&Itemid=34. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOTTA DE OLIVEIRA, José Henrique. Entre a Macumba e o Espiritismo: uma análise do discurso dos intelectuais de umbanda durante o Estado Novo. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. v. 2, n. 14, p. 60 -85, set. 2009.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasilienses, 1999.

PASSOS, João Décio. **No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos**. São Paulo: Paulinas, 2021.

PAZ E ALBUQUERQUE, T. A. Chico Xavier e a construção simbólica do "Brasil" enquanto "coração do mundo" e "pátria do Evangelho". **Mneme - Revista de Humanidades**, Natal, RN, v. 16, n. 36, p. 129–148, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7960>. Acesso em: 16 out. 2023.

RUEDELL, Pedro. **Trajetória do Ensino Religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SILVA, Fabio Luiz da. **Espiritismo e Poder (1938-1949)**. Londrina: Eduel, 2005.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: EDUSP; Curitiba: editora Orion, 2003.

VILHENA, Maria Angela. **Espiritismos: limiares entre a vida e a morte**. São Paulo: Paulinas, 2008.

XAVIER, Francisco Cândido. **Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho**. 9. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1971.